



**Forest Peoples
Programme**

**Tom Griffiths
Junho de 2007**

“RED”

O “Desmatamento Evitado” e os direitos dos Povos Indígenas e comunidades locais



“RED”

O “Desmatamento Evitado” e os direitos dos Povos Indígenas e comunidades locais

Tom Griffiths

Esse relatório foi produzido com o apoio da Fundação Charles Stuart Mott e do Moriah Fund.

Partes desse relatório podem ser reproduzidas, citando a fonte – Forest Peoples Programme - e autoria.

Traduzido por: Winnie Overbeek e Fabrina Furtado



© Forest Peoples Programme, 2007

Original, Inglês:	Seeing ‘RED’? ‘Avoided deforestation’ and the rights of Indigenous Peoples and local communities
Edição em espanhol:	“RED”: ¿Alerta Roja? La “deforestación evitada” y los derechos de los Pueblos Indígenas y las comunidades locales
Edição em francês:	« RED » Alerte rouge ? La « déforestation évitée » et les droits des peuples autochtones et des communautés locales
Edição em Bahasa Indonesia:	“RED”: AWAS? “Pencegahan deforestasi” dan hak-hak Masyarakat adat dan komunitas lokal
Fotografias da capa:	Primeiro Plano: Camponês da vila de Ruwa, Mount Elgon, no leste da Uganda, mostra cartuchos de balas que foram disparadas contra povos trabalhando em suas terras em plantações disputadas para a compensação de carbono em área de fronteira do Parque Nacional Mount Elgon, agosto de 2006. Plano de fundo: Plantações para a compensação de carbono nas montanhas de Mount Elgon, próximo à vila de Ruwa.
Fotógrafo:	Jutta Kill, FERN

Índice

Resumo	2
Siglas	4
I Introdução e Antecedentes	5
II Abordagens semelhantes e distintas de desmatamento evitado	7
III Iniciativas existentes de desmatamento evitado e propostas de projetos pilotos	12
IV Direitos não-atendidos, equidade, transparência e preocupações com a sustentabilidade	13
V Próximos passos?	19
Anexo 1 Florestas em negociações passadas de políticas globais sobre o clima	21
Anexo 2 O Relatório Stern sobre Desmatamento Evitado	22
Anexo 3 A proposta controversa do Banco Mundial por uma Aliança Global de Florestas	24
Notas de fim	26

Resumo

O ‘Desmatamento Evitado’ (DE) – em referência à prevenção ou redução de perda de floresta para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa – tem se tornado um assunto chave nos debates de políticas sobre as mudanças climáticas. O órgão científico da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deve elaborar um relatório sobre como alcançar as “Reduções de **Emissões do Desmatamento** (RED) na sua próxima “Conferência das Partes”, a ser realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2007. Proponentes do RED querem que incentivos para a conservação de florestas façam parte dos instrumentos de mercado do Protocolo de Kyoto durante seu próximo período (pós-2012). Propostas de fundos globais e regionais de “desmatamento evitado” também estão se multiplicando rapidamente. O Banco Mundial está tentando se tornar a principal agência internacional encabeçando as iniciativas globais de RED. A partir de meados de 2007, o Banco vem solicitando ao G8 - grupo dos países mais industrializados do mundo mais a Rússia - apoio político e financeiro para seus controversos planos de criação de uma nova *Facilidade de Parceria do Carbono Florestal* (FCPF) que orientaria os primeiros projetos de redução de emissões de desmatamento em cinco países tropicais.

A idéia central é que os países Nórdicos paguem os países do Sul para reduzir o desmatamento dentro das suas fronteiras nacionais. Uma proposta é fornecer recursos de ajuda humanitária para atingir esse objetivo. Uma outra proposta envolve a venda de carbono armazenado nas florestas dos países do Sul para os do Norte, permitindo que as indústrias Nórdicas continuem poluindo como sempre fizeram sob um sistema global de comércio de carbono. Outros sugerem que o financiamento de projetos do tipo DE deve advir de uma combinação de fundos públicos e do mercado de carbono.

Todos estes projetos têm implicações importantes para a forma que as florestas são manejadas, quem é responsável pelo seu manejo, e o que é ou não é permitido dentro delas. Quais são as implicações destas mudanças para os centenas de milhões de povos indígenas e outras comunidades cuja sobrevivência, culturas e futuro dependem e são vinculados às florestas? O objetivo desse informe é alertar defensores de comunidades e outros formuladores de políticas para este assunto pouco debatido. Este documento mostra semelhanças e diferenças chaves entre diferentes propostas de DE e documenta preocupações sobre iniciativas como a *Aliança Florestal Global* (GFA) e o FCPF do Banco Mundial. Alerta para a rápida expansão de projetos de DE sem a devida atenção para os riscos em relação aos direitos e questões sociais e de subsistência:

- Controle renovado e até incrementado do Estado e de “especialistas” das florestas;
- Apoio governamental exagerado para modelos de conservação da floresta que são excludentes e contra as comunidades (expulsões, desapropriação) para proteger lucrativos “reservatórios” florestais de carbono;
- Considerar injustamente os povos indígenas e povos excluídos como os “impulsionadores” do desmatamento;
- Violações de direitos territoriais e costumeiros;
- Zoneamento estatal e por parte de ONGs sem a participação qualificada dos habitantes da floresta e imposição desigual dos custos da proteção florestal sobre povos indígenas e comunidades locais
- Contratos comunitários desiguais e abusivos;
- Especulação fundiária, grilagem e conflito de terras (competindo nas reivindicações de compensação por DE);
- Corrupção e desvio de verbas internacionais por elites nacionais;
- Desigualdade crescente e conflitos potenciais entre aqueles que recebem e aqueles que não recebem fundos de DE;

- Conflitos potenciais entre comunidades indígenas (em relação à aceitação ou rejeição de esquemas de DE);

Se estes riscos pudessem ser eliminados ou reduzidos, políticas de DE e financiamento crescente para além da comercialização de carbono, poderiam oferecer oportunidades para alguns povos indígenas e comunidades que dependem das florestas. No entanto, a simples garantia de agências globais e governos que os problemas potenciais das políticas de DE – impostos de cima para baixo - podem ser superados através de “certificação” e “estratégias participativas” não é suficiente. É necessário ter garantias mais sólidas de que os direitos humanos e costumeiros dos povos da floresta serão respeitados e que as prioridades de povos indígenas e comunidades locais serão consideradas adequadamente em qualquer política e programa futuro de DE. Como um primeiro passo, é essencial que povos indígenas e outros movimentos de base estejam plenamente envolvidos no debate sobre os pros e contras do desmatamento evitado em políticas climáticas globais.

Siglas

DE	Desmatamento Evitado
A/R	Florestamento/Reflorestamento
BCF	Fundo de Biocarbono (do Banco Mundial)
CANI	Rede Internacional de Ação Climática (Rede de ONGs)
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CCB	Clima, Comunidade e Biodiversidade (Padrões)
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
CERD	Convenção de Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial
CIFOR	Centro para Pesquisas Florestais Internacionais
COICA	Órgão Coordenador de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COP	Conferência das Partes
CR	Redução compensada
CRN	Coalizão de Nações com Florestas Tropicais
ETS	Esquema de Comércio de Emissões da UE (União Européia)
FCPF	Facilidade de Parceria do Carbono Florestal (uma proposta do Banco Mundial)
FPIC	Consentimento Prévio, Livre e Informado
FPP	Programa de Povos da Floresta
FRA	Avaliação de Recursos Florestais (da FAO – Organização Mundial de Alimentação)
FSC	Conselho de Manejo Florestal
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GFA	Aliança Global de Florestas (proposta do Banco Mundial)
GHG	Gas de efeito estufa
IAITPTF	Aliança Internacional de Povos Indígenas e Tribais das Florestas Tropicais
IFC	Corporação Financeira Internacional (do Grupo Banco Mundial)
IFIPCC	Fórum Internacional de Povos Indígenas e Mudanças Climáticas
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
LULUCF	Uso da terra, Mudança em uso da terra e Silvicultura
MOP	Reunião das Partes
NCAS	Sistema Contábil Nacional de Carbono (da Austrália)
ODA	Assistência Oficial para o Desenvolvimento
ODI	Instituto de Desenvolvimento Exterior
PCF	Fundo Protótipo de Carbono (do Banco Mundial)
PES	Pagamento de Serviços Ambientais
RED	Emissões Reduzidas de Desmatamento
REDD	Emissões Reduzidas de Desmatamento e Degradação
RER	Índice de Referência para Emissões
RUPES	Recompensando Populações pobres do Planalto para Serviços Ambientais (do ICRA)
SBSTA	Órgão Subsidiário para Pareceres Científicos e Tecnológicos (da UNFCCC)
TFAP	Plano de Ação das Florestas Tropicais (antes do Banco Mundial e FAO – Organização Mundial de Alimentação)
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
WRM	Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

I Introdução e Antecedentes

Depois de repetidos avisos de cientistas, sociedade civil e povos indígenas que as mudanças climáticas já estão acontecendo e que serão aceleradas há sinais que atualmente a maioria dos governos aceita que medidas mais efetivas precisam ser tomadas para deter o aquecimento global. É cada vez mais reconhecido que o desmatamento, sobretudo nos trópicos, contribui entre 18 e 20% de todas as emissões globais anuais de CO₂, e que em alguns países como o Brasil esta porcentagem chega a 75% das emissões totais anuais de CO₂ de atividade humana. Consequentemente há um crescente consenso internacional que futuras políticas para combater as mudanças climáticas devem incluir medidas que busquem reduzir o desmatamento em países tropicais.

Apelos renovados por incentivos para o desmatamento evitado sob a UNFCCC

Apesar de controvérsias anteriores sobre a inclusão de florestas no protocolo de Kyoto (Anexo 1), políticas para evitar o desmatamento utilizando incentivos econômicos para estimular países tropicais a protegerem seus reservatórios de carbono em florestas em pé, têm sido apresentadas por países do Sul e do Norte, ONGs conservacionistas, consultores privados, alguns cientistas naturais e chamadas empresas de “financiamento de carbono”.

Em dezembro de 2005, a *Coalizão de Nações das Florestas Tropicais*¹, liderada por Costa Rica e Papua Nova Guiné, apresentou uma proposta formal de reduzir emissões de GHG oriundas de desmatamento à 11^o Conferência das Partes (COP11/MOP1). No mesmo encontro, várias ONGs e cientistas liderados pela ONG ambientalista *Environmental Defense* (ONG ambientalista) enfatizaram chamadas anteriores pela inclusão de florestas nos instrumentos de Mercado de Kyoto². Como resultado, a COP11 solicitou uma avaliação do seu Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) sobre o desmatamento evitado e mitigações de mudanças climáticas com a elaboração de um relatório para a UNFCCC COP14/MOP3 em dezembro de 2007. A UNFCCC já organizou dois encontros internacionais sobre o desmatamento evitado (em julho de 2006 e março 2007).³

Um principal impulso às opções globais de mecanismos RED para mitigar as mudanças climáticas veio quando o governo brasileiro, que é contra ligar esquemas de RED ao comércio de carbono, apresentou sua própria proposta de desmatamento evitado baseado em financiamento público numa oficina da SBSTA da UNFCCC em setembro de 2006 e novamente na COP12 da UNFCCC em novembro de 2006 (veja abaixo).⁴

A agenda de DE cresceu ainda mais em importância na agenda das mudanças climáticas globais com a publicação no início de 2007 do Relatório das Mudanças Climáticas do Stern, uma pessoa com muita influência no governo da Grã-Bretanha. Nicholas Stern, que já foi economista do Banco Mundial, sugere que medidas de desmatamento evitado sejam incluídas no período de compromisso pós-2012 de Kyoto, mas recomenda que ações para prevenir o desmatamento em larga escala devem ser tomadas o mais rápido possível através de projetos pilotos de desmatamento evitado para testar metodologias e eliminar qualquer dificuldade técnica e social (Anexo 2).⁵

Banco Mundial procura ser a agência mundial que lidera o desmatamento evitado

O Banco Mundial sempre tem sido ágil em captar (e projetar) novas iniciativas globais onde fluxos financeiros consideráveis entre o Norte e o Sul podem ser esperados – como fez no final dos anos 80 com o Fundo Global para o Meio Ambiente (onde continua sendo a principal agência implementadora e ainda controla os créditos do fundo). Desta mesma forma, o Banco tem liderado o financiamento internacional de carbono.⁶

Em 2006 e no início de 2007, o Banco Mundial colocou o desmatamento evitado e a silvicultura de carbono na centralidade da sua controversa proposta de criação de uma nova “**Aliança Global Florestal**” (GFA) com grandes ONGS conservacionistas como *Nature Conservancy*, *Conservation International*, *WWF* e o setor privado. Esta proposta de um mega-fundo para as florestas, que até agora praticamente não tem sido discutida com a sociedade civil exceto com um grupo fechado de grandes ONGs conservacionistas, seria administrado pelo Banco Mundial com o objetivo de incrementar as intervenções do Banco no setor florestal em países em desenvolvimento (veja anexo 3). No momento, o Banco Mundial está propondo uma “**Facilidade de Parceria do Carbono da Floresta**” (FPCP) que estaria dentro da GFA, proposta pelo Banco, para “testar a praticabilidade” de diferentes abordagens metodológicas de esquemas de pagamento para Emissões Reduzidas de Desmatamento e Degradação – REDD (veja a discussão abaixo sobre a principal diferença entre propostas do tipo RED e REDD). O Banco Mundial está agora buscando apoio político de alto nível dos países industrializados do G8 para suas propostas de carbono florestal e DE (Anexo 3).

II Abordagens semelhantes e distintas de desmatamento evitado

Um exame minucioso de várias propostas governamentais e não-governamentais de desmatamento evitado mostra que a maioria apresenta argumentos semelhantes e inclui elementos parecidos em seus planos para esquemas de desmatamento evitado. Estes são:

- Compensar governos, o setor privado e proprietários de florestas por proteger as florestas estabeleceria valores econômicos positivos para as florestas em pé e *desestimularia* o corte da floresta para outros fins.
- Fortes incentivos econômicos são necessários para se opor às forças econômicas imediatas do desmatamento (por exemplo, a expansão do dendezeiro, plantações industriais de árvores, conversão para agricultura, extração de hidrocarbono, etc).
- Países que conseguem demonstrar reduções verificáveis de *taxas de desmatamento* ou manter armazéns de carbono florestal (a cobertura florestal) acima das *metas mínimas acordadas* receberiam o pagamento de compensação através de um mecanismo(s) de financiamento global e/ou regional do tipo RED.
- A verificação da cobertura florestal e taxas de desmatamento estaria baseada numa combinação de imagens de senso remoto de satélite e apoiada por verificação no solo (visitas em loco).
- Esquemas do tipo RED usariam uma abordagem *a nível nacional ou do país* (não a nível do projeto) para contabilizar o carbono para possibilitar um planejamento nacional intersetorial do uso da terra e para reduzir os “custos de transação” relacionados ao monitoramento e verificação.
- Preocupações anteriores relacionadas à “suplementariedade”, “vazamento”, como contabilizar e verificar o carbono de forma precisa (Anexo 1) seriam resolvidas na sua maior parte através de avanços em tecnologias de senso remoto,⁷ avanços na metodologia de contabilizar o carbono⁸ e o uso do país ou do “sistema florestal nacional inteiro” como a unidade de cálculo (apesar de ser reconhecido que ainda há “detalhes” científicos e de verificação para serem mais elaborados, testados e acordados)
- Reservatórios de carbono não são armazéns permanentes de carbono garantidos, mas, esquemas de RED para proteger florestas em pé podem “comprar tempo” e reduzir emissões de CO₂ enquanto estratégias e tecnologias de mitigação mais efetivas são desenvolvidas para reduções de emissões permanentes.⁹
- Haveria uma necessidade de “regras fortes” que desencorajariam a retirada da floresta de terras sujeitas ao financiamento de DE ou envolvidas na geração de pagamentos de compensação para o desmatamento reduzido (sanções financeiras, etc.).¹⁰

Apesar das semelhanças acima, as propostas governamentais e de ONGs de desmatamento evitado são notadamente diferentes numa série de maneiras e essas diferenças podem ser críticas nos próximos debates públicos e negociações intergovernamentais sobre este assunto. A primeira diferença notável entre as diferentes propostas de DE está relacionada com a escolha de mecanismos de financiamento para estes esquemas.

Abordagens de financiamento público

O governo brasileiro propõe o estabelecimento de um fundo de crédito internacional que poderia compensar tentativas para reduzir emissões do desmatamento financiado por contribuições voluntárias de governos dos países industrializados. Outras propostas, como a da iniciativa Kyoto2 defendida por ativistas ambientalistas da Grã-Bretanha, recomenda que fundos de DE sejam assegurados através de um imposto sobre empresas que dependem de extração de carbono no ponto da produção (não emissões). Uma proporção deste imposto, digamos 10%, seria então canalizada para um fundo internacional de desmatamento evitado usado para recompensar países por seus esforços de redução de emissões através de conservação florestal.¹¹ Tal imposto de carbono pode

gerar muitos bilhões de dólares anualmente possibilitando assim a transferência de uma fração desses bilhões para um fundo global para diminuir ou eliminar o desmatamento.¹²

Abordagens de mercado

A Coalizão de Países das Florestas Tropicais e a maioria das ONGs conservacionistas, e obviamente as empresas de financiamento de carbono, estão pressionando para que a compensação pela redução do desmatamento seja financiada por créditos de “redução” de emissões de carbono.¹³ Estes defensores do mercado argumentam que fundos públicos internacionais nunca gerariam o volume necessário de fundos para fornecer incentivos atrativos e sustentáveis para que os países em desenvolvimento mantenham suas florestas em pé. Governos europeus tendem a defender um esquema baseado no comércio, provavelmente para aumentar os volumes e reduzir os preços de direitos de poluição no *Esquema de Comércio de Emissões (ETS) da União Européia*. O governo da Grã-Bretanha, por exemplo, está propondo que as florestas tropicais da bacia do rio Congo sejam protegidas através do comércio de carbono:

“...o desafio para a comunidade internacional – para nós todos – é mudar os incentivos econômicos enfrentados pelo governo (da República Democrática de Congo): para que seja mais benéfico preservar a floresta do que desmatá-la. **Finalmente, a única forma que vamos conseguir fazer isso é através de um esquema global de comércio de carbono....Então, o Banco (Mundial) precisa expandir seus trabalhos em relação ao manejo sustentável da floresta tropical** (grifo nosso) orientando novas formas de geração de renda para pessoas que vivem nas florestas tropicais, alternativas à renda do corte dessas florestas, ao mesmo tempo em que iremos na direção de um sistema de comércio de carbono”¹⁴ [tradução não-oficial]

Banco Mundial estimulando mercados de carbono

Apesar de que o Banco Mundial promove uma abordagem mista de financiamento do desmatamento evitado (leia abaixo), na prática o Banco é um pioneiro e defensor do comércio de carbono. Como outros defensores do mercado de carbono, economistas do Banco enfatizam que apenas os mercados fornecerão fundos suficientes para esforços globais efetivos para mitigar as mudanças climáticas. De fato, o plano de financiamento da sua proposta “Facilidade de Parceria do Carbono Florestal” supõe que o fundo operará quase inteiramente com financiamentos do mercado até 2014 (Anexo 3).¹⁵

Atualmente, em 2007, parece haver um consenso emergente entre os proponentes do desmatamento evitado em relação ao fato que uma abordagem mista de financiamento do RED é necessária.¹⁶ Fundos públicos (ODA) seriam usados para financiar projetos pilotos iniciais para testar metodologias e financiar “inventários de carbono”, monitoramento e necessidades de execução, capacitação e trabalho de assistência técnica com governos, enquanto o mercado de créditos de carbono pode, com o tempo, canalizar a maior parte dos fundos para pagamentos de compensações pela redução (seja através de esquemas voluntários ou regulados de comércio de carbono).¹⁷

Uma segunda diferença importante entre as propostas de DE tem a ver com o que incluir ou excluir de tais esquemas.

RED ou REDD?

Alguns defensores do DE desejam incluir não só o desmatamento evitado, mas também emissões reduzidas a partir da degradação de florestas evitada, por exemplo, Emissões Reduzidas de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Proponentes de REDD argumentam que uma abordagem autêntica do ecossistema e da paisagem deve abranger não só florestas saudáveis em pé, mas também florestas degradadas. Defensores de REDD incluem a Coalizão dos Países das Florestas Tropicais mencionada acima e o Banco Mundial – que parece estar tentando aproveitar os fundos do

desmatamento evitado para financiar seus (muito criticados) projetos convencionais de plantações de árvores como sumidouro de carbono.

Países sem altas taxas de desmatamento defendem fortemente as compensações por DE para a restauração e “recuperação” da paisagem florestal, uma vez que suas florestas não são sujeitas à altas taxas de desmatamento quando comparado com outros países em desenvolvimento. O governo da Índia, por exemplo, observa que restrições nas compensações por esforços para reduzir o desmatamento penalizaria de forma injusta países que estão expandindo sua cobertura “florestal”. A Índia adverte que restringir a compensação ao desmatamento evitado – com pagamentos vinculados às *taxas* de desmatamento pode criar um incentivo perverso para governos sem escrúpulos acelerar o desmatamento antes de 2012 ou ameaçar de implementar (*falsos*) esquemas caros de desmatamento de áreas para aumentar o pagamento de compensação por hectare de floresta.¹⁸

Países como a Indonésia que já desmataram grandes áreas e degradaram severamente a floresta através do desmatamento industrial insustentável, também defende a inclusão de atividades de florestamento e “restauração” em esquemas de desmatamento evitado.¹⁹ Empresas privadas envolvidas na economia internacional de carbono também procuram incluir florestamento, esquemas de plantações e pagamentos para reduzir a degradação florestal em REDD.

Críticos desta abordagem ampla de esquemas de pagamentos de “desmatamento evitado” apontam que medir a degradação é difícil. Sobre este assunto, a maioria dos cientistas concorda que a tecnologia de senso remoto existente talvez não seja suficiente para verificar o estado de degradação de florestas em pé com um grau aceitável de precisão. Aqueles que argumentam contra a inclusão de esquemas de florestamento na compensação para o desmatamento evitado apontam que estes componentes de restauração florestal correm o risco de sofrer dos mesmos problemas de vazamento e adicionalidade que têm atingido as iniciativas de plantações como sumidouros de carbono (Anexo 1). Há também uma preocupação que ao incluir a degradação florestal, há um risco de abrir um leque de problemas de definição que apenas servem para atrapalhar negociações efetivas da UNFCCC. É neste sentido que este grupo, que inclui o Brasil, propõe que a UNFCCC e agências internacionais restringem reduções compensadas ao desmatamento evitado – o RED.

Níveis de referência ou metas?

A maioria das propostas de DE – sendo ou não de mercado - inclusive a do Brasil, propõe que pagamentos de compensação sejam feitos de acordo com o desempenho nacional. Esse desempenho seria avaliado a partir de um nível de referência definido pela taxa média anual de desmatamento do país, chamada de Taxa de Referência de Emissão (RER). Algumas empresas de financiamento de carbono estão defendendo uma abordagem alternativa. Nesta estrutura, pagamentos seriam feitos para manter reservatórios de carbono em ou acima de uma meta acordada baseada numa “aproximação da quantidade de carbono atualmente armazenado” nos “reservatórios de carbono florestal” de um país, o que daria ao país a opção de “vender créditos e transformar áreas de floresta equivalentes em **reservas protegidas**, ou executar atividades de desmatamento, ou uma combinação das duas.”²⁰ (!!) [*tradução não-oficial*]

Mega-somas de dinheiro para florestas e conservação florestal?

A quantidade de dinheiro sendo apresentada como necessária para financiar esquemas de RED e pagar a compensação aos países, é altamente variável, mas apoiadores do RED sugerem que grandes recompensas pelo desmatamento evitado poderiam existir. Conforme um estudo solicitado pelo Relatório do Stern que envolveu oito países responsáveis por 70% das emissões resultantes da mudança no uso da terra, o custo de oportunidade de renda a partir de usos alternativos de terra seria na ordem de US\$ 5-10 bilhões anualmente, isto se houvesse uma paralisação total do desmatamento.

Em geral, o Banco Mundial estima que para reduzir a taxa anual de desmatamento em países em desenvolvimento em 20%, o desmatamento evitado custaria entre US\$2 a 20 bilhões por ano, o que significa que o preço de barrar o desmatamento na sua totalidade seria tão alto quanto US\$ 100 bilhões por ano! Em termos de renda potencial para os países, as estimativas variam amplamente. Entretanto, a maioria das estimativas prevê recompensas substanciais para a conservação florestal. No caso da República Democrática de Congo, por exemplo, alguns comentaristas afirmam que a compensação do DE pode gerar US\$ 2,7 a 33 bilhões por ano. Defensores entusiasmados do DE afirmam que as rendas per capita podem, pelo menos no papel, aumentar em mais de 20%, apesar de que não explicam como os cidadãos podem de fato desfrutar dessas maiores rendas.²¹ Na prática, dependendo dos custos específicos de oportunidade para usos alternativos de terra em determinadas áreas, o Banco Mundial afirma que os pagamentos de compensação pela redução podem variar entre US\$ 200 e US\$ 10.000 por hectare de floresta.²²

Quem se beneficiaria e receberia estes pagamentos compensatórios ou recompensas conforme o DE?²³

Surpreendentemente, muitas propostas de DE são frequentemente vagas sobre *quais* órgãos, entidades ou pessoas receberiam pagamentos de compensação sob um esquema internacional de RED. A maioria das propostas implica em que pagamentos sejam feitos na sua grande maioria à ministérios ou tesouros *governamentais*, o que por sua vez sugere que os esquemas se aplicariam, em parte, às florestas consideradas pelo Governo e pela Justiça como terras do estado. Propostas de DE, elaboradas pelo Governo da Indonésia, sugerem que os fundos de compensação poderiam ser distribuídos entre autoridades de áreas protegidas, empresas madeireiras “certificadas” envolvidas em manejo sustentável de florestas (SFM), iniciativas para combater o desmatamento ilegal, pagamento de serviços ambientais (PES) e manejo comunitário de florestas (CBFM) – apesar da proposta não especificar com detalhes quais órgãos ou pessoas jurídicas poderiam receber os fundos por estas iniciativas.²⁴

Povos Indígenas e comunidades locais poderiam se beneficiar?

Com tão poucos esquemas concretos de DE em funcionamento, a não ser alguns esquemas a nível de projetos administrados por ONGs (veja abaixo), há muito pouca evidência empírica até agora para julgar até que ponto programas de DE e de RED podem beneficiar pessoas a nível local. Estudos de economistas e defensores de pagamentos por serviços ambientais (PES) são muito otimistas. Economistas de PES baseados em experiências de esquemas de PES que estão surgindo em algumas partes da América Latina, sugerem que alguns ganhos para a subsistência dessas populações podem ser esperados se os termos e as condições certas são aplicados – particularmente em terras economicamente “marginais” como áreas de floresta em regiões de planalto.²⁵

O Centro Mundial Agroflorestal que opera na Indonésia, Nepal e nas Filipinas apresenta seu programa “*Recompensando Pobres de Áreas de Planalto por Serviços Ambientais (RUPES)*” como exemplo positivo.²⁶ No caso de comunidades indígenas com economias de subsistência e escambo, é sugerido que benefícios não-monetários podem ser culturalmente mais apropriados, enquanto aquelas comunidades indígenas com algum grau de monetarização podem ser compensadas ou “recompensadas” com pagamentos pequenos e regulares depositados em fundos comunitários ou ser utilizados para projetos comunitários.²⁷

Estudos envolvendo outros projetos PES no Brasil e na Bolívia demonstraram que estes programas tendem a ser implementados de cima para baixo, com “participação inadequada por parte dos interessados” e assim enfrentam “barreiras à sustentabilidade”.²⁸ Estudos independentes de ONGs revelam fatos mais preocupantes em projetos de carbono florestal nas áreas de planalto da América do Sul (Box 1) onde o pagamento ambiental e projetos de carbono florestal têm deixado as comunidades *mais pobres*, endividadas e presas à obrigações legais desfavoráveis com empresas de

financiamento de carbono e de carbono florestal.²⁹ Críticos de PES também apontam que a mercantilização de formas de vida e da “biodiversidade” (créditos de biodiversidade, etc.) prejudica valores locais (não-monetários) culturais, de conservação e de uso sustentável.³⁰ Estudos de caso indígenas recentes sobre projetos de plantações que atuam como sumidouros de carbono, confirmam que povos indígenas são muitas vezes marginalizados e não recebem benefícios justos de tais projetos.³¹

III Iniciativas existentes de desmatamento evitado e propostas de projetos pilotos

Atualmente são muito poucos os exemplos de projetos de DE ou RED, e a maioria é iniciativa piloto voluntária, financiado por ONGs conservacionistas e de desenvolvimento. Exemplos incluem o Projeto de Ação Climática da *The Nature Conservancy* em Noel Kempff Mercado National Park na Bolívia³² e sua Área de Conservação de Manejo Rio Bravo em Belize. IIED e CIFOR têm analisado alguns destes projetos e encontrado resultados mistos.³³ A maioria das iniciativas de DE existentes ainda precisa ser criticamente avaliada por ONGs de justiça social e organizações de base.

Entretanto, em 2007, iniciativas a nível nacional para desenvolver metodologias de DE e contabilidade de carbono vem ganhando força. A Agência Européia do Espaço, por exemplo, está experimentando com inventários de carbono e monitoramento de desmatamento usando tecnologia de senso remoto na Bolívia e nos Camarões.³⁴ O Banco Mundial está convidando os governos de Papua Nova Guiné, Costa Rica e Indonésia, e órgãos regionais no Brasil e da República Democrática de Congo, para financiar a proteção de florestas através de desmatamento evitado. O Banco Mundial está procurando convencer estes países a assinar acordos para restringir as emissões de carbono resultante do desmatamento até 2009 ou 2010, em troca de US\$ 250 milhões em investimentos.³⁵

Iniciativas de governos regionais e locais estão também surgindo na Ásia e na América latina, e alguns governos de países desenvolvidos estão colocando dinheiro em fundos regionais para financiar o desmatamento evitado. Em abril de 2007, o governo Australiano anunciou um fundo de US\$ 160 milhões para o reflorestamento e desmatamento evitado na região Ásia-pacífico. No final de abril, os governadores de Aceh e Papua e Papua Barat em Papua Oeste publicaram uma declaração expressando interesse em esquemas de desmatamento evitado e dando garantias de que os direitos de povos indígenas e comunidades locais seriam respeitados em qualquer destes programas. Os Governadores até sugerem a possibilidade de impor uma moratória sobre o desmatamento industrial na província caso fundos de DE sejam assegurados.³⁶

Ao mesmo tempo, em abril de 2007, o governo de Equador declarou publicamente que estaria disposto a abrir mão da extração de petróleo e gás nas áreas protegidas de florestas tropicais em troca de compensação pelo desmatamento evitado e por manter seus reservatórios de carbono acima e abaixo do solo.³⁷

Apesar de que esquemas a nível nacional ainda precisam ser desenvolvidos, está claro que as oportunidades para tais intervenções de DE em larga escala estão aumentando e países tropicais, sobretudo os membros da Coalizão de Nações das Florestas Tropicais (que preferem abordagens baseadas no mercado para o financiamento do DE), já estão entrando na fila para participar de qualquer projeto piloto financiado internacionalmente então parece que é muito provável que o Banco Mundial vai firmar acordos com estes governos no futuro próximo.

IV Direitos não-atendidos, equidade, transparência e preocupações com a sustentabilidade

Há riscos claros, mas também benefícios potenciais para os povos indígenas e comunidades que dependem da floresta, se as florestas se tornem parte de um esquema internacional para reduzir emissões de gás de efeito estufa do desmatamento. A maioria das propostas RED existentes fazem menção à necessidade de “participação” comunitária e o fornecimento de benefícios locais para comunidades da floresta. O relatório do Stern menciona a necessidade de tratar dos direitos e responsabilidades dos povos da floresta (Anexo 2). As propostas GFA e FCPA do Banco Mundial mencionam apoio para o manejo florestal comunitário, mas o que significaria isso de fato na prática? Experiência na Índia tem mostrado que tais esquemas tem *umentado* de certa forma o controle estatal sobre florestas, e aumentado intervenções governamentais não-desejadas em sistemas costumeiros locais de posse da terra e manejo de recursos naturais.³⁸

Riscos sociais associados às propostas atuais de DE

Apesar de que questões sociais e de redução da pobreza são mencionadas na maioria das propostas de desmatamento evitado, elas geralmente são deficientes em termos de detalhes sobre *como* os direitos dos povos serão integralmente respeitados e garantidos, e *como* benefícios locais equitativos e sustentáveis podem ser assegurados sob esquemas RED.

Políticas florestais de cima para baixo e insustentáveis?

Neste momento, a maioria das propostas de DE são provenientes do Banco Mundial, governos e grandes ONGs conservacionistas. Há muita evidência comprovando que qualquer plano global para salvar as florestas do mundo sem a concordância e conhecimento total dos povos da floresta e das comunidades locais é destinado ao fracasso e tal formulação de política de cima para baixo muitas vezes serve para reforçar o *status quo* desigual em políticas florestais a nível local, nacional e internacional.

Um exemplo fundamental de uma solução global já fracassada e desenhada pelo Banco Mundial e pela FAO, que em certo momento envolveu nada menos do que 73 governos de países em desenvolvimento, foi o *Plano de Ação das Florestas Tropicais* (TFAP) que foi planejado e implementado nos anos 1980 e 1990. Apesar de o TFAP falar muito de participação e sustentação local, este plano acabou servindo aos interesses de agências governamentais e da indústria madeireira, a despeito de suas alegações de estar apoiando “silvicultura social”. A experiência com o TFAP mostrou claramente que é um erro desenvolver políticas florestais de cima para baixo e que soluções sustentáveis podem vir apenas de baixo para cima, a partir dos posseiros de florestas e dos povos da floresta que vivem na e que dependem da floresta..³⁹

Contudo, pelo menos até este momento, não há nenhuma clareza se povos indígenas e outros povos da floresta têm sido consultados sobre os riscos e potenciais benefícios dos planos de “desmatamento evitado” que estão sendo promovidos por seus governos em associação com agências internacionais. Aceleradas iniciativas globais para promover biocombustíveis como uma das medidas para mitigar as mudanças climáticas, têm sido amplamente criticada por povos indígenas e ONGs por estar falhando em assegurar uma consulta pública correta.⁴⁰ Há um perigo que movimentos rápidos que adotam medidas políticas globais sobre DE aconteçam da mesma maneira sem considerar adequadamente os potenciais impactos sociais e sobre os direitos, e sem a participação informada de portadores de direitos potencialmente afetados.

Em 2007, acordos internacionais sobre florestas *ainda* estão sendo negociados entre o Banco Mundial e governos de países em desenvolvimento sem o conhecimento ou envolvimento dos povos da floresta desses países. Isso acontece mesmo depois do Banco ter sido condenado publicamente e por várias vezes por não ter envolvido portadores de direitos nas suas intervenções em florestas em países em desenvolvimento (como tem ocorrido na República Democrática de Congo onde o Banco promoveu o desmatamento industrial e um novo Código Florestal sem a participação adequada de povos indígenas e outros povos que dependem da floresta).⁴¹

Conservação anti-humana e excludente

Há riscos reais de que onde fundos de RED estão sendo usados para promover e assegurar a proteção da floresta, uma proporção significativa será usada pelo Estado para equipar agências de proteção florestal com carros de tração quatro rodas, equipamento de rádio-comunicação, armas, helicópteros e GPS numa abordagem de proteção florestal de “armas e guardas”, ultrapassada e anti-humana. Na mesma maneira, há um risco sério que o dinheiro de RED reforce o controle Estatal e do setor privado sobre florestas e acabe apoiando modelos ultrapassados e injustos de proteção florestal.

Enquanto a nível internacional - por causa da pressão de povos indígenas e ativistas de direitos humanos - tem ocorrido uma mudança bem-vinda rumo a uma abordagem da conservação florestal e áreas protegidas na qual o ser humano tem um papel mais central, na prática, em muitos países, particularmente em algumas partes da África e da Ásia, os direitos dos povos das florestas continuam sendo negados. Estes países continuam aplicando abordagens de proteção florestal anti-humanas e discriminatórias que penalizam e criminalizam moradores indígenas das florestas.⁴²

Recompensas financeiras significantes de DE podem induzir agências florestais e autoridades de áreas protegidas à execução, mais do que zelosa, de injustas leis de proteção florestal existentes, usando medidas que atingirão desigualmente grupos marginais e vulneráveis, inclusive povos indígenas e comunidades tradicionais que dependem da floresta.⁴³

No pior cenário, em partes da Ásia e da África, fundos de RED correm o risco de serem desviados para assentar injustamente habitantes de floresta nômades e semi-nômades, ou para converter agricultores que costumam se deslocar em agricultores assentados em nome de “formas *alternativas* de subsistência sustentável” (não baseadas na floresta). Tais práticas podem violar os direitos dos povos à sua cultura e sustento, enfraquecer a segurança alimentar e prejudicar suas práticas tradicionais.⁴⁴ Tais advertências não são alarmistas, ao contrário, são baseadas em práticas atuais, acontecendo em áreas de floresta (por exemplo, expulsões forçadas nos planaltos da Tailândia). Se projetos de DE apoiassem estes esquemas de deslocamento, eles estariam minando as obrigações legais de países participantes em relação à proteção do uso costumeiro de recursos biológicos e conhecimento tradicional de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e várias convenções de direitos humanos, inclusive a Convenção da Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD).

Box 1: Impacto de carbono florestal sobre povos indígenas e comunidades camponesas no Andes Equatoriano. ⁴⁵

Projetos voluntários de plantações sumidouros de carbono nas regiões de planalto do Equador, revelam uma série de potenciais impactos sociais, econômicos e de subsistência sobre povos indígenas e comunidades locais que de boa fé entraram em projetos de sumidouros de carbono. Depois de lidar alguns anos com estes projetos voluntários de sumidouros de carbono, as comunidades reclamam que:

- Nunca foram adequadamente informadas pela empresa de carbono florestal sobre os reais pagamentos líquidos que receberiam por hectare (foram apenas informadas sobre taxas brutas por hectare sem a dedução dos custos: não foram informadas que os custos técnicos da empresa para plantio, treinamento, monitoramento e certificação seriam *deduzidos* dos pagamentos brutos por hectare);
- Não foram informadas sobre potenciais riscos e custos e suas obrigações legais de acordo com o projeto;
- Não foram avisadas sobre o objetivo ou lógica de créditos de carbono certificados e como eles produzem renda para a empresa;
- Não foram informadas sobre cláusulas de multas de acordo com o contrato antes que membros e lideranças de comunidade assinaram contratos de longo prazo;
- Têm sido vítimas de manipulação ou abuso das suas próprias regras de consentimento livre, prévio e informado;
- Sofreram deslocamento econômico de pastos comunais como um resultado de abrir mão de terras para o projeto (baseado em promessas incompletas e imprecisas de potenciais benefícios);
- Tiveram que usar grande parte dos pagamentos modestos do projeto para pagar especialistas externos para realizar trabalhos técnicos especificados no contrato;
- Sofreram longas demoras para receber os pagamentos da empresa pelo trabalho completado dentro do prazo e conforme o contrato;
- Não receberam, na maioria dos casos, níveis prometidos de renda e emprego;
- Estão, na maioria dos casos, pior e tiveram que se *endividar* para conseguir pagar multas contratuais por não cumprir certas obrigações (por exemplo, por causa de incêndios acidentais que prejudicaram as plantações);
- Foram punidos com multas altas a serem pagas conforme cláusulas contratuais sobre multas
- Ficaram *endividadas* – ocorreu com algumas comunidades – por causa de erros de contabilidade da empresa no sentido de essa ter feito “pagamentos a mais” por certos trabalhos florestais e por isso exigiu devolução;
- Tiveram que arcar com quase *todos* os custos não-previstos da atividade (por exemplo, replantio de mudas que morreram);
- Num caso, a comunidade foi (falsamente) ameaçada pelos funcionários da empresa de que suas terras ancestrais seriam confiscadas compulsoriamente como uma punição por não ter realizado atividades florestais estipuladas no contrato;
- Tiveram suas queixas e perguntas sobre gastos e contabilidade da empresa rotineiramente rejeitadas por funcionários da empresa

Violação de direitos territoriais costumeiros e riscos de conflitos de terra

Em muitos países da floresta tropical os Estados falham em reconhecer os direitos costumeiros coletivos dos povos indígenas sobre suas terras ancestrais, ou apenas reconhecem uma pequena porção de suas terras tradicionais – definindo legalmente as florestas restantes como “terra do Estado”.⁴⁶ Este assunto é de uma importância crucial, porque provavelmente o zoneamento de florestas de acordo com qualquer esquema de pagamento RED pode ser em parte determinado pela posse de terra e direitos de propriedade.

Há um risco real que governos, empresas e ONGs de conservação vão “zonar” (destacar) florestas através da demarcação de áreas protegidas, corredores biológicos, reservas florestais e zonas de manejo florestal sustentável (desmatamento certificado) para receber pagamentos de DE, excluindo ou prejudicando comunidades indígenas e tradicionais.

Dessa maneira, os mesmos potenciais problemas relacionados ao planejamento do uso da terra e zoneamento florestal que são feitos de cima para baixo, existem com esquemas RED baseados em abordagens que dependem do zoneamento do uso da terra e classificação de terras – como a aplicação do Valor de Alta Conservação ou conceitos de “florestas críticas”.⁴⁷ Dada a potencial capacidade de geração de renda a partir de florestas em pé, alguns Estados podem se tornar até mais relutantes em reconhecer direitos de propriedade indígenas e costumeiros de comunidades locais sobre terras com florestas. Pagamentos de compensação RED a governos podem criar um *des*-incentivo para a floresta e a conservação e para outras autoridades governamentais resolverem disputas de terra de longa data em áreas de floresta.

Há também o perigo que taxas de compensação por hectare de floresta relativamente lucrativas, possam estimular a especulação de terra nas fronteiras das florestas e até em áreas mais remotas de floresta. Esquemas de RED correm o risco de incentivar a expropriação de terras costumeiras.

Há um risco que Estados e governos assumam publicamente compromissos de respeitar direitos de forma retórica, na prática usando os fundos de DE para reforçar modelos e políticas de proteção florestal existentes que são injustos. No caso já mencionado do Papua Oeste, por exemplo, os governadores declararam que respeitarão os direitos indígenas, mas ao mesmo tempo prometem que os fundos serão usados para equipar a polícia florestal.

Desigualdade crescente e conflito social

Florestas dentro dos esquemas RED de demarcação feitos de cima para baixo, podem gerar conflitos sobre fronteiras e benefícios tanto entre os próprios proprietários rurais e os proprietários de floresta quanto entre um grupo e o outro. Há também o risco que sem medidas cuidadosas para assegurar benefícios equitativos em áreas rurais, pagamentos de DE criem rachas entre as comunidades ou famílias que recebem pagamentos e aquelas que são excluídas. Essas últimas podem incluir comunidades sem o título legal das suas terras e os “sem-terra”. Em outras palavras, compensação de DE pode incrementar a desigualdade em áreas rurais florestais e corre o risco de criar conflitos dentro e entre comunidades.

Corrupção e fraude

As grandes quantias de dinheiro que podem ser geradas pelo RED também criam um risco muito real de corrupção – especialmente porque alguns dos países tropicais com as maiores taxas de desmatamento estão entre os países mais corruptos do mundo. Mesmo onde a corrupção e a malversação podem ser evitadas ou controladas, há ainda um risco muito forte que benefícios serão captados, sobretudo, por agências estatais, governos locais e ONGs conservacionistas em vez de povos indígenas e comunidades locais – como tem acontecido em algumas áreas do esquema piloto de desmatamento evitado no Parque Nacional Noel Kempff em Bolívia.⁴⁸ Até pior, enquanto empresas, ONGs e agências estatais podem receber renda, os custos diretos de proteção florestal podem indevidamente recair sobre indígenas e usuários locais de recursos que podem enfrentar restrições em relação à caça, pesca e práticas de cultivo itinerante como um resultado de políticas convencionais, excludentes de áreas de floresta protegidas (como também aconteceu em Noel Kempff).

Acordos contratuais injustos

Mesmo quando comunidades têm condições de negociar benefícios diretos de esquemas de DE que envolvem suas terras tradicionais de florestas, não há garantia que os termos da negociação serão igualitários. Há um perigo que contratos de compensação e conservação florestal serão elaborados para beneficiar o Estado, empresa ou ONG conservacionista e coloque custos ou obrigações de conservação indevidas sobre membros da comunidade local, suas lideranças e suas organizações – como têm acontecido nos contratos de carbono florestal com povos indígenas nas regiões de planalto do Equador (Box 1).

Todos os riscos acima mencionados geram uma série de perguntas críticas que na sua grande maioria permanece sem resposta por parte de defensores governamentais e não-governamentais de esquemas de desmatamento evitado:

- Quais garantias esquemas de RED vão introduzir para assegurar que programas de desmatamento evitado defendem integralmente os direitos humanos de povos indígenas e outros habitantes das florestas?
- Como RED vai garantir que comunidades e proprietários tradicionais da terra serão recompensados por proteger as florestas e não expulsos de tais florestas?
- Como direitos costumeiros à terra e reivindicações de terra não-resolvidas serão tratadas de acordo com as regras e políticas de DE?
- O direito de povos indígenas à FPIC será realmente respeitado? Como podem ser superados os problemas de consentimento manipulado e montado?
- O que vai evitar que elites governantes corruptas desviem a grande maioria dos financiamentos e benefícios para ganho pessoal ou para suas próprias agendas políticas?
- Como um programa nacional ou sub-nacional voltado para áreas florestais específicas, vai lidar com as diferentes “forças” diretas e subjacentes do desmatamento? Quem e como estas forças serão identificadas?
- Quais portadores de direito e órgãos representativos relacionados, terão o direito de negociar contratos e taxas de compensação sobre *quais* áreas de floresta e sob *quais* termos e de acordo com os critérios e regras de quem?
- Como as regras e critérios internacionais e nacionais para acessar esquemas de DE serão acordados e definidos numa maneira participativa e equitativa?
- Como portadores de direitos e cidadãos podem ter certeza que regras injustas e estreitas não serão decididas por governos, empresas, ONGs e consultores florestais, principalmente para beneficiar estes últimos grupos de interesse?
- Se comunidades ou grupos de comunidades são capazes de negociar contratos coletivamente: como negociações assimétricas que as amarram em obrigações contratuais injustas serão prevenidas?
- Quem vai “absorver” os custos imprevistos e acidentais do DE quando contratos são quebrados (e carbono compensado é perdido)?
- Se os projetos de sequestro de carbono por florestas existentes têm lutado para lidar com as complexidades de manejo florestal sustentável, como estas complexidades sociais e culturais serão efetivamente tratadas a nível nacional em esquemas de RED?
- Como políticas de DE enfrentarão o aspecto da demanda daqueles que promovem o desmatamento da floresta tropical?
- Como o vazamento de carbono armazenado além das fronteiras (internacional) entre países que participam e que não participam, será prevenido ou pelo menos minimizado?
- Se esquemas de DE pretendem envolver o planejamento e elaboração de políticas florestais nacionais, como a participação séria de cidadãos e povos indígenas pode ser garantida?

Críticas éticas e científicas não-resolvidas ao comércio de carbono

Além de todas estas perguntas legítimas sobre a sustentabilidade *social* de esquemas globais e nacionais para compensar o desmatamento evitado, também permanecem perguntas espinhosas sobre aquelas propostas de RED que defendem o financiamento através do comércio de carbono. Enquanto relações comunidade-governo são muitas vezes assimétricas e manipuladas em favor de agências estatais, assim também negociações com empresas são muitas vezes desiguais como mostra o caso PROFAFOR no Equador (Box 1).

Receber renda através de empresas e do mercado global de carbono, pode levantar também questões éticas potencialmente sérias para povos indígenas e comunidades. Isso porque ultimamente é provável que a grande maioria dos pagamentos de créditos de carbono viria dos mesmos interesses corporativistas e industriais que continuam a extrair combustíveis fósseis em outros lugares, às vezes em terras ancestrais de povos indígenas – fortemente à custa do seu ambiente, bem estar e saúde. Na realidade, estas mesmas empresas transnacionais de energia têm se envolvido com o comércio de carbono, sobretudo para comprar direitos para *continuar* poluindo. ⁴⁹ Para muitos povos indígenas estas contradições são profundamente problemáticas e podem muito bem causar conflitos e divisões dentro das e entre as suas comunidades.

V Próximos passos?

É desconcertante que enquanto líderes mundiais, delegações governamentais na UNFCCC e grandes ONGs estão ocupados em promover o desmatamento evitado em nível mundial, surpreendentemente poucos fornecem respostas detalhadas para lidar com as preocupações acima levantadas. Em alguns casos, tais riscos não são sequer reconhecidos. É como se alguns ativistas e ONGs do clima como CANI têm se tornado tão obcecados por metas, monitoramento, medições e implementação de reduções de gases de efeito estufa que têm perdido de vista as raízes sociais e tecnológicas da crise climática, bem como as preocupações mais amplas e lições históricas de elaboração de políticas florestais internacionais. Enquanto a necessidade de proteger a biodiversidade é mencionada, é raro ver alguma menção aos direitos humanos ou questões sociais.⁵⁰ Nos piores casos, levantar questões sociais, pelo menos para defensores de DE, é visto apenas como um “assunto paralelo”⁵¹ ou - ainda pior - como uma “distração” da tarefa principal colocada: salvar o planeta.

Contudo, definitivamente todas as lições de elaboração de políticas florestais e ambientais e de desenvolvimento nos últimos 100 anos deveria nos lembrar que questões sociais e culturais são fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável e para assegurar medidas efetivas de manejo florestas de forma sustentável e proteger os recursos e ecossistemas biológicos. Estamos desaprendendo lições?

Enquanto os governos e agências internacionais correm para estabelecer projetos pilotos de desmatamento evitado, eles devem ser lembrados que os estados têm uma obrigação legal de defender os direitos humanos e cumprir compromissos internacionais assumidos em acordos ambientais. Assim sendo, proteger os direitos humanos é longe de ser uma “distração” do principal objetivo global de combater as mudanças climáticas: governos têm uma obrigação legal de defender os direitos humanos.

Defensores de DE que reconhecem a importância de questões sociais, de direitos, de subsistência, de governança e equidade nas políticas de DE, muitas vezes apontam para padrões de certificação que estão surgindo como o *Padrão Ouro* do WWF⁵² ou padrões de *Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB)*⁵³ desenvolvidos para o carbono florestal e projetos de PES por empresas florestais e ONGs como a maneira de lidar com questões sociais e salvaguardas em qualquer esquema DE futuro. Aparentemente, estas abordagens de certificação são também as preferidas do Grupo Banco Mundial.

O problema de depender de padrões de certificação, entretanto, é que a maioria é iniciativa *voluntária* sendo que sua implementação não pode ser cobrada e muitos como os padrões CCB, não têm sido testados amplamente em loco.⁵⁴ Em relação ao uso de certificação para a extração sustentável de madeira em florestas, é claro que mesmo os melhores padrões muitas vezes não são implementados em operações florestais. Os padrões do Conselho de Manejo Florestal (FSC), por exemplo – que supostamente respeitam direitos indígenas à posse da terra e mantêm o princípio de consentimento livre, prévio e informado – têm se mostrado deficientes na Indonésia, Guiana, Camarões e em outros países.⁵⁵

Mais perturbador é o fato que investidores do setor privado, Bancos privados e o Banco Mundial, vão aceitar promessas de melhorias na direção dos padrões FSC por parte de empresas madeireiras para tornar-las elegíveis para receber financiamento *mesmo se as empresas atualmente não atendem aos padrões*. Com esta abordagem passo-a-passo há o risco que pagamentos de DE ou bônus serão repassados às grandes madeireiras portadoras de concessões por supostas práticas sustentáveis que podem ou *não* ser usadas no futuro. Aqui há um sério risco que fundos de DE serão desperdiçados com promessas falsas, a não ser que mecanismos de supervisão, verificação e conformidade no processo de certificação sejam reforçados consideravelmente.

No geral, quando enfrentados os desafios de fazer esquemas DE sustentáveis, ONGs de desenvolvimento social e florestas como ODI e CIFOR têm simplesmente comentado que “padrões sociais” precisam ser desenvolvidos para o desmatamento evitado e para as florestas com fins de seqüestro de carbono, inclusive requisitos para a avaliação de impactos sociais.⁵⁶ Claramente, falar sobre compromissos sociais das políticas de DE da boca para fora não é adequado.

Como um primeiro passo para lidar com os buracos no debate sobre a política de DE, parece ser essencial que povos indígenas e movimentos de florestas mundialmente comecem um diálogo interno sério sobre os pros e cons de esquemas de desmatamento evitado sendo executados por governos e pelo Banco Mundial. Estes esquemas podem fortalecer os direitos de posse e costumeiros aos recursos, ou será que são condenados a fortalecer o *status quo* em detrimento dos povos indígenas e comunidades locais? Se um dos objetivos é de fato beneficiar as populações locais, quais garantias mínimas são necessárias para assegurar que isso aconteça? Se os riscos e desafios identificados neste informe não são propriamente tratados, como povos da floresta e seus defensores podem fazer com que governos e agências internacionais deixem de fazer um acordo que é ruim para as pessoas?

Os próximos passos sugeridos em relação a esta questão crítica para povos da floresta nos trópicos, incluem ações para assegurar que:

- Povos indígenas e movimentos da floresta estejam diretamente envolvidos nos atuais debates internacionais e nacionais sobre políticas de DE/RED e possíveis futuros mecanismos e abordagens;
- Direitos Humanos; Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC); respeito por direitos costumeiros à terra e recursos; segurança à posse da terra; questões como compartilhar benefícios de forma equitativa e boa governança sejam colocados como assuntos centrais na discussão da política de DE;
- Garantias sejam dadas de que os direitos costumeiros serão reconhecidos e respeitados;
- Políticas internacionais e nacionais de DE adotem uma abordagem de conservação sustentável florestal e manejo florestal baseada em direitos;
- Garantias que povos indígenas manterão e recuperarão o controle sobre suas florestas e receberão apoio para um real manejo comunitário em base da floresta sejam implementadas;⁵⁷
- Diálogo com defensores de DE seja realizado em boa fé e se aborde *tanto* os benefícios potenciais de tais esquemas, *bem como* seus riscos, inclusive problemas éticos (de fundos de mercado) e limitações existentes e buracos científicos (como vazamento internacional, problemas de medição);
- Qualquer processo para identificar forças nacionais e locais de desmatamento em países tropicais e decisões sobre quais forças e causas subjacentes devem ser abordadas para prevenir o desmatamento *deve* envolver povos da floresta e comunidades que dependem da floresta;
- Qualquer proposta de definição de padrões e regras para esquemas de DE nos níveis internacional e nacional, envolvem totalmente povos indígenas e comunidades locais potencialmente afetados e requerer conformidade total com a lei internacional.

Resumindo, há uma necessidade urgente de formular políticas globais seguras de mitigação das mudanças climáticas em relação ao desmatamento evitado com a participação total e efetiva de povos indígenas e outros portadores de direitos potencialmente afetados. Medidas efetivas para combater as mudanças climáticas e outras crises ambientais envolvem a elaboração democrática e descentralizada de políticas que conte com a participação de organizações indígenas e da sociedade civil na identificação e implementação de soluções sustentáveis.⁵⁸

Anexo 1 Florestas em negociações passadas de políticas globais sobre o clima

Durante tortuosas negociações inter-governamentais no primeiro período de compromisso em torno do Protocolo de Kyoto (2008-2012), perguntas sobre se projetos de proteção de florestas naturais deveriam ou não ser incluídos no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) causaram debates acalorados. No final, depois de negociações intensas, florestas naturais não foram incluídas no MDL. Apenas florestamento e projetos de plantações de árvores sumidouros de carbono foram finalmente (e muito controversamente) considerados elegíveis para créditos de carbono sob as regras do MDL – apesar de forte oposição e sérias preocupações sobre os problemas sociais e ambientais com plantações de árvores como sumidouros, levantadas por povos indígenas, organizações de justiça social e algumas ONGs ambientais.⁵⁹

A exclusão de florestas do MDL originou de uma combinação de preocupações éticas e científicas levantadas por algumas ONGs e cientistas, bem como da forte oposição de governos como do Brasil por motivos parcialmente ligados às políticas de comércio mundial. Naquele momento, críticos apontaram que “reservatórios” de carbono florestal não são permanentes e que podem sofrer prejuízo ou “vazamento” causado por incêndios florestais acidentais e até por desastres naturais.⁶⁰ Críticos também observaram que a efetiva proteção florestal dentro do mesmo país, pode muito bem deslocar o desmatamento para uma outra localidade e com isso não há como assegurar a “adicionalidade” (a redução líquida) da redução de emissões de gás de estufa. As dificuldades técnicas muito reais relacionadas à precisão para medir e monitorar objetivamente as mudanças nas reservas de carbono em florestas também foram destacadas.

Perspectivas dos Povos Indígenas

Povos indígenas apontam que sofrem as conseqüências diretas das mudanças climáticas nos seus ambientes, especialmente nos trópicos, na Ártica e em outros ecossistemas frágeis. Declarações indígenas, como a *Declaração de Kimberley* de 2002, têm repetidamente alertado governos sobre os impactos devastadores das mudanças climáticas e exigido mais ação de resposta ao aquecimento global⁶¹ Na Amazônia, o Órgão Coordenador de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), estabeleceu em 1990 - através dos seus próprios esforços independentes - a *Aliança pelo Clima* com os povos de cidades européias. Esta parceria é baseada no princípio da dívida ecológica e do apoio aos povos indígenas para proteger reservatórios de carbono em florestas tropicais e assegurar suas metas “... de promoção dos seus direitos básicos” à auto-determinação, possuir e controlar seus territórios tradicionais e para poderem “viver e trabalhar no seu ambiente natural de acordo com seus próprios conceitos de desenvolvimento.”⁶²

Anteriormente, povos indígenas têm chegado à conclusões diferentes sobre se florestas deveriam ou não ser incluídas no MDL. Alguns têm colocado questionamentos éticos em relação à comercialização de reservatórios de carbono no mercado internacional. Muitos rejeitam o princípio que poluidores industriais e corporativos podem comprar permissão para continuar poluindo através do comércio de créditos de carbono. Eles também descartam a noção que o valor das florestas pode ser reduzido a um valor monetário de seus reservatórios de carbono, e destacam que para seus povos, os valores não-monetários e espirituais da sua floresta são extremamente importantes e devem ser respeitados. Eles defendem que o comércio de créditos de carbono é antiético e irracional porque não ataca a principal causa das mudanças climáticas (continuando e aumentando as emissões de combustíveis fósseis). Eles se preocupam com o fato de que o comércio de créditos de carbono florestal possa estabelecer incentivos perversos para governos e grandes empresas expropriar as florestas de povos indígenas e expulsar suas comunidades para conseguir os fundos de carbono. Em inúmeras declarações da UNFCCC, povos indígenas têm solicitado participação efetiva nas negociações sobre mudanças climáticas para assegurar que seus direitos e prioridades sejam tratados. Eles também solicitaram - consistentemente - acesso ao Fundo de Adaptação da UNFCCC para ajudar seus povos a lidar com os impactos das mudanças climáticas existentes e futuras nos seus territórios.⁶³

Em outros casos, mais notavelmente no Brasil, alguns povos indígenas, com o apoio da ONG de Washington *Environmental Defense*, têm solicitado a inclusão de florestas no Protocolo de Kyoto.⁶⁴ Eles têm defendido que projetos de comunidades indígenas e iniciativas de manejo de recursos naturais devem permitir pagamentos e créditos sob Kyoto ou outros acordos.

Anexo 2 O Relatório Stern sobre Desmatamento Evitado

O relatório Stern propõe que uma medida chave que a comunidade internacional deve tomar para frear as mudanças climáticas, é enfrentar as “emissões não-energéticas” compensando países em desenvolvimento por reduções no desmatamento. O relatório prevê que emissões de desmatamento podem alcançar 40 gigatoneladas de dióxido de carbono (CO₂) entre 2008-2012, aumentando a concentração de CO₂ na atmosfera em 2 partes por milhão. O relatório declara que:

“As emissões não-energéticas somam um terço de todas as emissões de gases de efeito estufa; enfrentar essas emissões será uma contribuição importante. Uma grande quantidade de provas sugere que ações para prevenir a continuidade do desmatamento seriam relativamente baratas comparadas com outros tipos de mitigação, se as políticas e estruturas institucionais certas fossem implementadas” (Resumo executivo, página xiii)

“... o custo de oportunidade de proteção florestal em 8 países responsáveis por 70% das emissões de uso da terra poderia ser algo de US\$ 5 bilhões por ano inicialmente, apesar que com tempo os custos marginais aumentariam.” (xxvi)

Apelo por apoio imediato a projetos pilotos fora da UNFCCC

O relatório observa que as regras em vigor de acordo com o Protocolo de Kyoto, não permitem o desmatamento evitado conforme o MDL, apesar de que isso poderia mudar a partir do segundo período de compromisso pós-2012. Enquanto isso, o argumento é que “... apoio internacional a ações por parte de países para prevenir o desmatamento, deveria começar o mais rápido possível...” através de projetos pilotos, que “...poderiam se basear em financiamentos de contribuições voluntárias de países desenvolvidos, empresas e ONGs” (página 550) [tradução não-oficial]

“Ação para preservar as áreas remanescentes de florestas naturais é urgentemente necessária. Projetos pilotos de larga escala são necessários para explorar medidas efetivas que combinem ação nacional e apoio internacional.” (xxv)

Um enfoque não-mercantil ou de mercado?

Stern sugere que estabelecer um “fundo especializado” tem vantagens sobre pagamentos de mercado porque fundos não-comerciais podem ser direcionados para onde podem dar a maior contribuição à nível do país, e usados para enfrentar questões como a redução da pobreza e os “motores do desmatamento” subjacentes (páginas 550-551). O relatório propõe que tal fundo financie - a curto prazo - projetos pilotos de desmatamento evitado e que pode até ser uma alternativa para soluções baseadas no mercado. No entanto, soluções comerciais não são descartadas por Stern: “... a longo prazo, há bons motivos para integrar ação para reduzir o desmatamento com mercados de carbono”. Uma opção sugerida é mercados de “... créditos de biodiversidades ou desmatamento. Estes créditos funcionariam de uma forma semelhante aos créditos de carbono, com a demanda provindo daqueles que queiram investir em projetos florestais relacionados com metas de responsabilidade social corporativa ou de outro tipo.” (551) [tradução não-oficial]

Proposta de esquemas de desmatamento evitado a nível nacional

Como outras propostas recentes de desmatamento evitado, Stern prefere projetos válidos para todo o país (apesar de que estes podem incluir ações à nível de projeto). Stern defende uma abordagem nacional ampla, em parte para combater “vazamentos” dentro das fronteiras de um país (desmatamento deslocado). O problema de vazamento transnacional é observado, porém não abordado em detalhes. (549)

Stern faz considerações sociais e de equidade?

O relatório reconhece a necessidade de tratar questões de posse da terra: “A nível nacional, a definição de direitos de propriedade sobre terras ocupadas com floresta, e a determinação de **direitos e responsabilidades** de proprietários de terras, comunidades e madeiras, são questões chaves para

alcançar um manejo florestal efetivo. Isso deveria envolver comunidades locais e respeitar direitos e estruturas sociais informais...” (página xxvi). Também é enfatizado que “Clareza sobre limites e propriedade, e a alocação de direitos de propriedade considerada justa por comunidades locais, acentuará a efetividade de direitos de propriedade na prática e fortalecerá as instituições necessárias para apoiar e implementá-los” (página 541). Stern também observa os riscos de incentivos perversos criados através de referências incorretas, corrupção, comportamento em busca de renda e a captação de benefícios por parte das elites nacionais (páginas 549-550), mas propõe poucas medidas concretas para evitar ou minimizar estes riscos.

Anexo 3 A proposta controversa do Banco Mundial por uma Aliança Global de Florestas⁶⁵

Em 2006 e no início de 2007, o Banco Mundial desenvolveu uma proposta de criação de um novo mega-fundo para financiar projetos e programas para o setor florestal em países em desenvolvimento e de renda média. O Banco afirma que um objetivo chave da GFA é criar uma aliança global “mais efetiva” para **reduzir emissões de gases de estufa de florestas**, e “assegurar o fornecimento de serviços ambientais”. O Banco planeja usar este mega-fundo para implementar sua Estratégia Florestal de 2002 com uma ênfase complementar forte no financiamento climático. **Um resultado chave esperado da GFA será um maior número de intervenções e financiamentos do Banco Mundial no setor florestal em países em desenvolvimento.**

O cronograma atual da GFA

- Consultar “parceiros” existentes e potenciais (fevereiro a maio de 2007);
- Processo de consulta mais amplo (março de 2007 a outubro de 2007);
- Lançamento formal: junho de 2007;
- Começo das operações no “início de 2008”.

Quem serão os parceiros na proposta da Aliança Global Florestal?

De acordo com o Banco, a GFA fomentará “coalizões amplas e fortes” entre o Banco Mundial e empresas industriais da área florestal, agências florestais, a comunidade científica internacional, grandes ONGs conservacionistas, ONGs de países em desenvolvimento, doadores bilaterais e multilaterais, filantropos ricos e “interesses empresariais” que cooperarão para “eliminar barreiras ao investimento voltado para a conservação e uso sustentável das florestas.”

Histórico e fundamento

O conceito da GFA tem sido desenvolvido principalmente consultando as principais organizações conservacionistas dos EUA, baseadas em Washington DC, incluindo WWF, TNC e *Conservation International*, sem qualquer envolvimento comparável de ONGs do Sul, povos indígenas, ou até pouca evidência de envolvimento de governos do Sul. O Banco e grandes ONGs estão criando a GFA com a meta específica de captar fundos potenciais para a questão climática, inclusive através da Facilidade de Parceria de Carbono Florestal (desmatamento evitado) (veja abaixo), o Fundo de Biocarbono (reflorestamento) e sistemas de pagamentos comerciais de serviços ambientais (PES).

La GFA et les objectifs en matière de déforestation évitée

A GFA espera apoiar instrumentos novos que recompensam países por “deixar florestas em pé” e promovam “parcerias internacionais” baseadas em créditos financeiros para o “desmatamento evitado”.

Alguns objetivos chaves da GFA propostos pelo Banco para 2015

- Conservação de 1 bilhão de toneladas de CO₂ como resultado da redução da taxa mundial de desmatamento, através de abordagens de referência e monitoramento melhoradas para apoiar o financiamento do Fundo de Biocarbono do Banco e “**mecanismos emergentes de Desmatamento Evitado**”, e o fortalecimento de mercados para serviços ambientais globais
- 50 milhões de ha de novas áreas protegidas e 120 milhões de ha de PAs sob manejo melhorado, inclusive até 2015, incluindo o fortalecimento da capacidade de proteção e manejo de áreas protegidas por parte dos “Serviços Florestais dos governos nacionais”.

Preocupações sérias em relação à proposta de GFA do Banco

Há preocupações crescentes entre organizações da sociedade civil e alguns governos em torno do risco de um conflito de interesses muito sério no conceito da GFA, no sentido de que as ONGs conservacionistas que se beneficiarão dos fundos do Banco Mundial são consultadas sobre o desenho da estrutura e função

do órgão que vai priorizar e desembolsar o dinheiro. Críticos também apontam que a proposta de GFA está focada em “objetivos” quantitativos incipientes e não na *qualidade* da elaboração de políticas florestais e do manejo florestal. Os críticos dos planos do Banco também observam as contradições potenciais entre seus vários objetivos: mais áreas protegidas, mais florestas certificadas, mais investimento do setor privado, mais manejo de florestas “comunitárias”, e mais carbono “protegido”.

Apesar de referências ao “manejo florestal comunitário”, em geral a proposta da GFA para 2007 está baseada em modelos de “desenvolvimento” florestal do Banco que são desatualizados, caídos em descrédito e centrados na madeira e na promoção do desmatamento certificado, plantações de florestas em larga escala e financiamento contínuo da IFC para os setores de papel e celulose.

A Proposta do Banco Mundial e G8 para a “Facilidade de Parceria de Carbono Florestal– FCPF”⁶⁶

A FCPF está sendo promovida pelo Banco Mundial com suporte do governo Alemão, com o objetivo de “organizar o palco” para uma inclusão antecipada de esquemas de REDD na UNFCCC para seus próximos compromissos de redução a partir de 2012. Desta forma, a FCPF proposta, seria montada fora da UNFCCC, mas “levaria em conta” as atuais e futuras negociações da UNFCCC. Em maio de 2007, o Banco Mundial vai preparar um “Memorando de Informação” sobre a proposta da FCPF para ser considerada na cúpula de G8 em Heiligendamm quando insistirá para que os membros do G8 apóiem a FCPF “... como uma estrutura para pilotar atividades em países em desenvolvimento que reduzem as emissões de CO₂ do desmatamento e degradação florestal (REDD).” *[tradução não-oficial]*

Está sendo proposto que a FCPF realize atividades pilotos para:

- Testar a viabilidade de diferentes abordagens metodológicas de esquemas de pagamento REDD, tais como métodos para medir e estimar “taxas nacionais de referência, monitoramento e verificação” para aplicação em um futuro “sistema global ampliado;”
- Preparar 20 ou 30 governos de países em desenvolvimento para um futuro sistema global de incentivos para REDD através da capacitação sobre (i) compilação de um “cenário de referência” e uma “estimativa crível das reservas nacionais de carbono e fontes de emissões florestais”; e (ii) desenvolvimento de uma estratégia nacional de REDD que possa “levar em consideração suas prioridades e limitações”. O Banco propõe que estas atividades sejam financiadas por seu outro principal mecanismo de financiamento – a GFA;
- Orientar esquemas nacionais de REDD em pelo menos cinco países em desenvolvimento;
- Financiar “atividades específicas [de proteção florestal]” nos países pilotos que seriam planejadas e implementadas por “instituições nacionais e governos, em parceria com interessados da sociedade civil”. Isso pode incluir “melhor cumprimento de regulações proibindo o desmatamento”, apoio para sistemas de áreas protegidas, apoio para o orçamento de governos nacionais, apoio para serviços de prevenção e combate a incêndios; (iv) apoio para iniciativas nacionais de certificação; ou (v) pagamentos de serviços ambientais direcionados...” diretamente para os beneficiários;
- Canalizar dinheiro para “Atores privados” através de órgãos governamentais;
- Usar tanto abordagens de mercado quanto não-comerciais, incluindo fundos de agências bilaterais de desenvolvimento, IFIs públicas, a IFC, a Facilidade Global Ambiental (GEF) e suas fundações.

Potenciais Impactos sociais e de sustento novamente colocados de lado?

Numa oficina organizada em Berlim em abril de 2007 para discutir o esboço da proposta da FCPF, alguns governos levantaram questionamentos sobre a capacidade de qualquer FCPF resultar em benefícios locais e destacaram preocupações sobre riscos de esquemas de REDD apoiarem leis florestais existentes injustas. Entretanto, a nota provisória do Banco de março de 2007 reconhece apenas em poucas linhas que: “Equidade no esquema de pagamento, incluindo a participação da comunidade, será um fator importante para a sustentabilidade do programa”. O Banco e outros defensores da Facilidade não têm tratado dos riscos sociais e incentivos perversos para reforçar leis de proteção florestal injustas. O Banco simplesmente propõe “compartilhar lições” de atividades pilotos, sem ações substantivas ou iniciativas para abordar as questões sociais, de direitos e responsabilidade.

Notas de fim

- ¹ Bangladesh, Bolívia, República Central Africana, Camarões, Chile, Congo, Colômbia, Costa Rica, República Democrática de Congo, República Dominicana, Equador, El Salvador, Fiji, Gabão, Gana, Guatemala, Honduras, Indonésia, Quênia, Lesoto, Malásia, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Samoa, Solomon Islands, Tailândia, Uruguai, Uganda, e Vanuatu (ver <http://www.rainforestcoalition.org/eng/>)
- ² Moutinho, P, Santilli, M, Schwartzman, S and Rodrigues, L (2005) *Why ignore tropical deforestation? A proposal for including forest conservation in the Kyoto Protocol*
http://ftp.whrc.org/policy/COP/Brazil/moutinho%20et%20al%20%202006%20%20Unasylva%20222_27-30.pdf Ver também Moutinho, P and Schwartzman, S (Eds) (2005) *Tropical Deforestation and Climate Change* Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia and Environmental Defense, Belém and Washington DC
http://www.environmentaldefense.org/documents/4930_TropicalDeforestation_and_ClimateChange.pdf
- ³ UNFCCC (2007) *Report on the second workshop on reducing emissions from deforestation in developing countries* FCCC/SBSTA/2007/3 <http://unfccc.int/resource/docs/2007/sbsta/eng/03.pdf>
- ⁴ Governo do Brasil (2006) Positive incentives for voluntary action in developing countries to address climate change: Brazilian perspective on Reducing Emissions from Deforestation Paper presented to UNFCCC COP 12, Nairobi, Kenya, November 2006. http://unfccc.int/files/meetings/dialogue/application/pdf/wp_21_braz.pdf
Para propostas de REDD de governos locais no Brasil, ver – Viana, V M, Cenamo, M C and Manfrinato, W (2006) *Reducing Emissions from Deforestation in Amazonas, Brazil: a State government's proposal for action*
http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=2485
- ⁵ Stern N (2007) *The Economics of Climate Change: The Stern Review* HM Treasury/Cabinet Office: CUP, Cambridge [at](#) página 547
- ⁶ O Banco Mundial administra hoje nada menos que 10 diferentes fundos globais de carbono que valem US\$ 2 bilhões em nome de 16 governos e 64 empresas privadas. Estes fundos incluem o Fundo Protótipo de Carbono (PCF), “Fundo de Biocarbono” (BioCF), o Fundo de Carbono para o Desenvolvimento Comunitário, a Facilidade para Desenvolvimento Limpo da Holanda, o Fundo Italiano de Carbono, o Fundo Espanhol de Carbono e o Fundo Dinamarquês de Carbono, entre outras.
- ⁷ A Agência Européia Espacial afirma que desenvolveu uma estrutura para o Monitoramento Global do Meio Ambiente e Segurança (GMES) que inclui um projeto de senso remoto para o Monitoramento Florestal usando satélites GMES Sentinel que poderiam fornecer “uma cobertura global a cada cinco dias com uma resolução de 10 metros” – ver European Space Agency (2006) “ESA backs incentives for developing countries avoiding deforestation” Press release http://www.esa.int/esaLP/SEMOKCC4VUE_LPgmes_0.html
- ⁸ Fearnside, P (2003) “Avoided Deforestation in Amazonia as a Global Warming Mitigation Measure: the case of Mato Grosso” *World Resource Review* 15(3)(2003):352-361
- ⁹ Ver, por exemplo, Smith, K, Mulungoy, R and Sayer, J (2005) “Harnessing carbon markets for tropical forest conservation: towards a more realistic assessment” [in](#) Sayer, J (Ed)(2005) *Earthscan Reader in Forestry and Development* Earthscan, London and Sterling [at](#) page 329. See also, Chomitz, K M (2006) *Policies for national-level avoided deforestation programs: a proposal for discussion* Background paper for policy research report on tropical deforestation, Revised Draft 1.3
<http://www.rainforestcoalition.org/documents/ChomitzAvoidedDeforestationrev1.3.pdf>
- ¹⁰ CAN International (2007a) *Reducing emissions from deforestation in development countries: approaches to stimulate action* Climate Action Network International Submission to international workshop on “Reducing Emissions from Deforestation”, February 2007 [at](#) page 7.
- ¹¹ <http://www.kyoto2.org/>
- ¹² Tickell, O pers. comm., May 2007
- ¹³ Environmental Defense (2006) *Compensated reduction – a positive incentive for tackling the largest source of greenhouse gas emissions in the developing world*
http://www.environmentaldefense.org/documents/4875_CompensatedReduction_Overview.pdf
- ¹⁴ Palestra do Secretário do Estado, Hilary Benn, on *The Future of the World Bank*, Royal Africa Society/School of Oriental and African Studies, London <http://www.dfid.gov.uk/news/files/Speeches/world-bank-april07.asp>
- ¹⁵ Ver, World Bank (2007) apresentação disponível em
http://www.tyndall.ac.uk/ppts/robert_watson.ppt#356,1,Slide 1
- ¹⁶ Veja, por exemplo, Ebeling J and Tippmann R (2007) *International policy for avoided deforestation – reaching synergies for environment and development* Presentation by Ecosecurities to Yale workshop on Financing for Forest Conservation, 2-3 March 2007

- ¹⁷ CAN International (2007a) op. cit. CANI (2007b) Report of Workshop on Reducing Emissions from Deforestation in Developing Countries, 7-9 March 2007 – Cairns, Australia Unpublished internal report
- ¹⁸ Governo da Índia (2007) *Indian Proposal: An Alternative Policy Approach to Avoided Deforestation: compensated conservation* Presentation to 2nd UNFCCC workshop on Reducing Emissions from Deforestation in Developing Countries, 7-9 March 2007, Cairn, Australia
http://unfccc.int/files/methods_and_science/lulucf/application/pdf/070307kishwan.pdf
- ¹⁹ Governo da Indonésia (2007) *Reducing emissions from deforestation in developing countries (REDD)* Paper submitted to UNFCCC SBSTA by the Government of Indonesia
- ²⁰ Prior, S, Streck, C and O’Sullivan, R (2006) “Incentivising avoided deforestation – a stock based methodology” Submission by the Centre for International Sustainable Development Law to the COP UNFCCC in response to calls for views on the issue of avoided deforestation issues at its 11th Session, March 2006. Chomitz, KM, Buys, P, De Luca, G, Thomas TS and Wertyz-Kanounnikoff, S (2007) *At loggerheads? Agricultural expansion, poverty reduction, and environment in the tropical forests* World Bank, Washington D.C. at page 204
- ²¹ Ver, por exemplo, Butler, R (2006) “Avoided deforestation could help fight third world poverty under global warming pact: \$43 billion could flow into developing countries” *Mongabay.com* bulletin October 31, 2006
- ²² Chomitz, KM, et al (2007) op. cit. at page 195
- ²³ Governo da Indonésia (2007) *Reducing emissions from deforestation in developing countries (REDD)* Paper submitted to UNFCCC SBSTA by the Government of Indonesia
<http://www.cifor.cgiar.org/NR/rdonlyres/4E81DB28-410F-4885-ACB6-6CA802603A32/0/indonesia.pdf>
- ²⁴ Gouvernement de l’Indonésie (2007) *Reducing emissions from deforestation in developing countries (REDD)* Document présenté à l’OSCST de la CCNUCC par le gouvernement de l’Indonésie
<http://www.cifor.cgiar.org/NR/rdonlyres/4E81DB28-410F-4885-ACB6-6CA802603A32/0/indonesia.pdf>
- ²⁵ Ver, por exemplo, Robertson, N and Wunder S (2005) *Fresh tracks in the forest: assessing incipient payments for environmental services initiatives in Bolivia* CIFOR, Bogor
- ²⁶ ICRAF (2006) “Clean Rivers, Lighted Lights: monetary rewards for reducing sediment” *RUPES Sumberjaya Brief No.2*, World Agroforestry Centre, Bogor; ICRAF (2007) “In Bakun, indigenous peoples use modern mechanisms for selling environmental services to preserve a traditional way of life without its poverty traps” *Site Profile: RUPES Bakun* ICRAF, Baguio City
- ²⁷ Wunder, S (2006) “Are direct payments for environmental services spelling doom for sustainable forest management in the tropics”? *Ecology and Society* 11 (2):23
- ²⁸ May, P, Boyd, E, Chang, M and Veiga Neto, F C (2005) “Incorporating sustainable development in carbon forest projects in Brazil and Bolivia” *Estudos Sociedade e Agricultura* 1 (2005)
- ²⁹ Granda, P (2005) *Carbon Sink Plantations in the Ecuadorian Andes: impacts of the Dutch FACE-PROFAFOR monoculture tree plantations’ project on indigenous and peasant communities* WRM Series on Tree Plantations No. 1, WRM, Montevideo
- ³⁰ Karsenty, A (2004) “Des rentes contre le développement? Les nouveaux instruments d’acquisition mondiale de la biodiversité et l’utilisation des terres dans les pays tropicaux” *Mondes en développement* 127(3):1-9. See also, Friends of the Earth International (2005) *Nature for Sale: privatization - the impacts of privatizing water and biodiversity* FOEI, Amsterdam <http://www.foei.org/en/publications/pdfs/privatization.pdf> See also *Global Forest Coalition (2007) Potential Policy Approaches and Positive Incentives to Reduce Emissions from Deforestation in Developing Countries* A submission to the Secretariat of the Framework Convention on Climate Change http://www.wrm.org.uy/GFC/material/Incentives_Reduce_Emissions.html
- ³¹ Ver, por exemplo, Makelo, S (2006) *The DRC Case Study: the impacts of carbon sinks of Ibi-Batéké Project on the indigenous Pygmies of the Democratic Republic of Congo* <http://www.international-alliance.org/documents/Climate%20Change%20-%20DRC.pdf>
- ³² Nature Conservancy (2007) *Climate Action Project: Noel Kempff Mercado National Park, Bolivia* <http://www.nature.org/initiatives/climatechange/work/art4253.html>
- ³³ May, PH, Boyd, E, Veiga F and Chang M (2004) *Local sustainable development effects of forest carbon projects in Brazil and Bolivia* Environmental Economics Programme, IIED, London; Robertson, N and Wunder S (2005) op. cit.
- ³⁴ <http://dup.esrin.esa.it/news/news125.asp>
- ³⁵ Wynn, G (2007) “World Bank eyes \$250 mln deal to save forests” *Reuters, Thu May 3, 2007*
- ³⁶ Governors of Aceh, Papua and Papua Barat (2007) *Declaration of the Governors of Aceh, Papua and Papua Barat on Climate Change* April 26, 2007, Nusa Dua, Bali

- ³⁷ ENS (2007) “Ecuador Seeks Compensation to Leave Amazon Oil Undisturbed QUITO, Ecuador, April 24, 2007” <http://www.ens-newswire.com/ens/apr2007/2007-04-24-04.asp>
- ³⁸ Ver, por exemplo, Griffiths, T, Rebbapragada, R and Kalluri, B (2005) “The Great ‘Community Forest Management’ Swindle In India – critical evaluation of an ongoing World Bank-financed project in Andhra Pradesh” *in Broken Promises: how World Bank policies fail to protect forests and forest people’s rights* World Rainforest Movement, FPP, RF-UK, EDF, Global Witness – see www.forestpeoples.org.
- ³⁹ Colchester, M and Lohmann, L (1990) *The Tropical Forestry Action Plan: What Progress?* WRM and The Ecologist, Penang and Sturminster Newton. Ver também Hildyard N, Hegde P, Wolverkamp P and Reddy S (1998) *Same Platform, Different train: the politics of participation* <http://www.thecornerhouse.org.uk/item.shtml?x=51958>
- ⁴⁰ Global Forest Coalition (2007) From Meals to Wheels: the social and ecological catastrophe of agrofuels GFC and Global Justice Ecology Project. Ver principalmente, Tauli-Corpuz, V and Tamang P (2007) Oil Palm and other Commercial Tree Plantations: impacts on indigenous peoples’ land tenure and resource management systems and livelihoods UN Permanent Forum on Indigenous Issues, 6th Session, New York, 14-25 May 2007 http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/6session_crp6.doc
- ⁴¹ Counsel, S (2005) “Democratic Republic of Congo – after the war the fight for the forest” pp.11-19 *in Broken Promises: how World Bank Group policies fail to protect forests and forest peoples’ rights* FPP, WRM, ED, DTE, Global Witness, RF-UK, Sinkswatch. Moreton-in-Marsh and Montevideo. Ver também Inspection Panel (2006) *Report and Recommendation on Request for Inspection, Democratic Republic of Congo: Transitional Support for Economic Recovery Credit Operation (TSERO) (IDA Grant No. H192-DRC) and Emergency Economic and Social Reunification Support Project (EESRSP) (IDA Credit No. 3824-DRC and IDA Grant No. H064-DRC)* Inspection Panel, Washington, DC
- ⁴² Colchester, M (2003) *Salvaging Nature: indigenous peoples, protected areas and biodiversity conservation* WRM and FPP, Montevideo and Moreton-in-Marsh
- ⁴³ Colchester, M, Boscolo, M, Contreras-Hermosilla, A, Del Gatto, F, Dempsey, J, Lescuyer G, Obidzinski, K, Pommier, D, Richards, M, Sembiring S N, Tacconi, L, Vargas Rios M T and Wells, A (2006) *Justice in the Forest: rural livelihoods and forest law enforcement* CIFOR, Bogor
- ⁴⁴ Ver, por exemplo, Griffiths, T (2005) *Indigenous Peoples and the Global Environment Facility (GEF) Indigenous Peoples’ experiences of GEF- funded Biodiversity Conservation - A critical study* FPP, Moreton-in-Marsh
- ⁴⁵ Granda, P (2005) Carbon Sink Plantations in the Ecuadorian Andes: impacts of the Dutch FACE-PROFAFOR monoculture tree plantations’ project on indigenous and peasant communities WRM Series on Tree Plantations No. 1, WRM, Montevideo
- ⁴⁶ Ver sobretudo, International Alliance of Indigenous and Tribal Peoples of the Tropical Forests (2005) *Our knowledge Our Survival: Traditional Forest Related Knowledge and the Implementation of Related International Commitments* IAITPTF and CIFOR, Chiang Mai and Bogor. See also: Colchester, M (Ed) (2001) *A survey of indigenous land tenure* FPP, Moreton-in-Marsh.
- ⁴⁷ “Focus on High Conservation Value Forests” *WRM Bulletin No. 114 January 2007* <http://www.wrm.org.uy/bulletin/114/viewpoint.html#Policy>
- ⁴⁸ May, PH, Boyd, E, Veiga F and Chang M (2004) *Local sustainable development effects of forest carbon projects in Brazil and Bolivia* Environmental Economics Programme, IIED, London at pages 85.
- ⁴⁹ Para uma análise detalhada e completa dos problemas éticos e científicos do comércio de carbono e mercados de carbono, ver Lohmann, L (2006) “Carbon Trading: a critical conversation on climate change, privatisation and power” *Development Dialogue No. 48 (September 2006)*
- ⁵⁰ Ver, por exemplo, a atualização da Rede CAN do desmatamento evitado publicado no 26o. encontro da UNFCCC SBSTA – CAN (2007) “Code REDD” *Eco, 11 May, 2007*. Ver também o relatório de uma oficina de dois dias organizada na Grã Bretanha na Chatham House e relatada pela Sociedade Real de Pássaros (RSPB) que aparentemente não trataram de direitos, equidade e pobreza como temas centrais na organização da discussão. O relatório sugere que o assunto quase não foi levantado nas discussões abertas que dão enfoque sobretudo nas questões financeiras e técnicas – RSPB (2007) *Workshop on Reducing Emissions from Tropical Deforestation* RSPB and Chatham House, 16-17 April, 2007
- ⁵¹ Cf. Wunder, S (2005) Payments for Environmental Services: Some Nuts and Bolts, CIFOR, Bogor at page 22.
- ⁵² *WWF - the Gold Standard – background and overview* <http://assets.panda.org/downloads/thegoldstandardoverview.doc>
- ⁵³ <http://www.climate-standards.org/>

⁵⁴ CCB até agora só certificou dois projetos de carbono PES na China e no Panamá – ver http://www.climate-standards.org/news/news_feb2007.html

⁵⁵ Ver Colchester, M, Sirait M and Wijardjo B (2003) *The Application of FSC Principles 2 & 3 in Indonesia: Obstacles and Possibilities* WALHI and AMAN, Jakarta. Colchester, M (2006) “Guyana: Controversial Barama certificate further tarnishes FSC’s reputation” *WRM Bulletin No. 105, April, 2006*. See also WRM (2003) *Certifying the Uncertifiable. FSC Certification of Tree Plantations in Thailand and Brazil* <http://www.wrm.org.uy/actors/FSC/uncertifiable.html>

⁵⁶ Smith, J and Scherr, SJ (2002) *Forest Carbon and Local Livelihoods: assessment of opportunities and policy recommendations* CIFOR Occasional Paper No. 37, CIFOR, Bogor; Peskett, Brown, D and Luttrell, C (2006) *Can payments for avoided deforestation to tackle climate change also benefit the poor?* Forest Policy and Environment Programme – FPEP, ODI, London

⁵⁷ The Mumbai - Porto Alegre Forest Initiative <http://www.wrm.org.uy/statements/Mumbai/index.html>

⁵⁸ Indigenous Peoples’ Statement (2007) *Indigenous Peoples Major Group – Opening Statement* UN Commission on Sustainable Development, Inter-active Session with Major Groups – Monday, April 30, 2007

⁵⁹ Ver, por exemplo, WRM (2000) “The Mount Tamalpais Declaration” WRM’s bulletin N° 39, October 2000. WRM (2000) *Climate Change Convention: Sinks that stink* WRM, Montevideo <http://www.wrm.org.uy/actors/CCC/Sinks%20that%20Stink.rtf>

Ver também, FERN (2000) “Brussels boiling over on carbon sinks issue” *EU Forest Watch Issue 47 - Special Report: Climate Change* <http://www.fern.org/pubs/fw/srnov00.pdf>. IFIPCC (2001) *The Bonn Declaration Third International Forum of Indigenous Peoples and Local Communities on Climate Change* 14-15 July, 2001 http://www.tebtebba.org/tebtebba_files/susdev/cc_energy/bonndeclaration.htm

⁶⁰ Humphreys D (2006) *Logjam: deforestation and the crisis of global governance* Earthscan Forestry Library, Earthscan: London and Sterling at page 207

⁶¹ *Kimberley Declaration*

<http://www.treatycouncil.org/The%20Kimberley%20Declaration%20International%20Indigenous%20Peoples%20Summit%20on%20Sustainable%20Development.pdf>

http://www.terraily.com/reports/More_Than_50_Tribes_Convene_on_Global_Warming_Impacts_999.htm

Ver também ENS (2007) “Indigenous Peoples on Climate Change Front Lines” <http://www.ens-newswire.com/ens/apr2007/2007-04-19-03.asp>

⁶² *Climate Alliance Manifesto* <http://www.klimabuendnis.org/english/association/511a.htm> See also, the *Climate Alliance Declaration* <http://www.klimabuendnis.org/buendnis/5120222.htm>

⁶³ Ver IFIPCC (2000a) “The Quito Declaration on Climate Change Negotiations - Recommendations of indigenous peoples and organizations regarding the process of the framework convention on climate change” *Quito, Ecuador, May 4-6, 2000.*; IFIPCC (2000b) “Declaration of the First International Forum of Indigenous Peoples on Climate Change” *Lyon, September 4-6, 2000.*; IFIPCC (2000c) “Second International Indigenous Forum on Climate Change - Declaration of Indigenous Peoples on Climate Change” *The Hague, November 11-12, 2000.*; IFIPCC (2001) “The Bonn Declaration Third International Forum of Indigenous Peoples and Local Communities on Climate Change” *Bonn, 14-15 July, 2001.*; Indigenous Peoples and Local Communities Caucus (2001) *Declaration to Seventh Session of the Conference of the Parties United Nations Framework Convention on Climate Change* Marrakech, October 29 to November 9, 2001 – declarações disponíveis em:

http://www.tebtebba.org/tebtebba_files/susdev/cc_energy/cc.html Indigenous Peoples’ Caucus (2002)

Statement on Climate Change to COP8, UNFCCC COP 8, UNFCCC, *New Delhi, October 23 - November 1, 2002*

Indigenous Peoples’ Caucus (2004) Declaration of the Indigenous Peoples Attending COP 10, UNFCCC *Buenos Aires, December 6 – 17, 2004*

⁶⁴ Colchester, M (2001) “Capturing carbon: dilemmas for forest peoples” *WRM Bulletin No. 48, July 2001*

⁶⁵ World Bank (2007) *Global Forest Alliance: proposal for a comprehensive approach to the conservation and sustainable use of the world’s forests* SDN Forest and Carbon Finance Teams, World Bank, Washington, DC February 15, 2007

⁶⁶ Forest Carbon Partnership Facility: Concept Note, March 2007; *Non-Paper on the Forest Carbon Partnership Facility - Chair’s summary of the Berlin Workshop* Discussions Federal Ministry of Economic Cooperation and Development and Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety, G8, April 2000

Propostas estão emergindo para que políticas globais promovam “Redução de Emissões do Desmatamento” (RED) para ajudar no combate às mudanças climáticas.

Esse relatório do PPF analisa estas propostas e levanta a necessidade de realizar discussões sobre questões sociais e de direitos que podem ser negligenciadas.

Forest Peoples Programme
1c Fosseway Centre, Stratford Road
Moreton-in-Marsh, GL56 9NQ, Inglaterra
Tél: +44 (0)1608 652893, fax: +44 (0)1608 652878

info@forestpeoples.org
www.forestpeoples.org